

Artículos centrales

Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”

Yannoulas Silvia^a, Afonso Sophia^b y Pinelli Lais^c

Fecha de recepción: 4 de mayo de 2021
Fecha de aceptación: 19 de mayo de 2021
Correspondencia a: Yannoulas Silvia
Correo electrónico: silviayannoulas@unb.br

- a. Doctora en Sociología por el Programa Conjunto de la Universidad de Brasilia con la Flacso Sede Académica Brasil (UnB, Flacso/Br), con postdoctorado en Educación en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Profesora Concursada del Departamento de Trabajo Social (SER) y Profesora Permanente del Programa de Postgrado en Política Social (PPGPS), de la Universidad de Brasilia (UnB).
- b. Graduada en Relaciones Internacionales y en Trabajo Social por la Universidad de Brasilia. Estudiante de Maestría del Programa de Postgrado en Política Social (PPGPS/UnB). Técnica Especialista en Asistencia Social de la Secretaría de Desarrollo Social del Gobierno del Distrito Federal (SEDES/GDF, Brasil).
- c. Trabajadora Social y Magister en Política Social por la Universidad de Brasilia (UnB, Brasil). Doctoranda del Programa de Postgrado en Política Social (PPGPS/UnB), becaria de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (Capes).

Resumen:

Este ensayo aborda las disputas ideológicas planteadas por el neoconservadurismo alrededor de la política educacional brasileña, destacando dos de sus especificidades: el discurso sobre las cuestiones de género y la conformación del denominado Movimiento Escuela Sin Partido (MESP). La diseminación de la falacia "ideología de género" y el ataque a la presencia del pensamiento crítico en la educación, presentes de manera significativa en la segunda década del presente milenio, ilustran de manera paradigmática los conflictos ideológicos que atraviesan la política educacional brasileña actual, emergiendo como estrategia neoconservadora privilegiada destinada a frenar los avances progresistas obtenidos en la década anterior. El ensayo se fundamenta en investigación documental y bibliográfica, realizada en el año 2020 con utilización de bases online de libre acceso. Fue posible concluir que la vertiente neoconservadora de la nueva derecha logra incidir negativamente sobre las políticas educacionales, y su poder puede ser observado a partir de la adhesión de múltiples actores a la lucha contra los estudios de género y contra el pensamiento crítico en los contenidos educativos. Tales fenómenos ultrapasan el debate en los ámbitos religioso y académico, y se arrastran al poder legislativo y ejecutivo, influenciando la discusión de leyes y la implementación de políticas educativas en todas las esferas (federal, estadual y municipal). Es esencial profundizar en la comprensión de la influencia de la nueva derecha en materia educacional, considerando la convergencia entre las agendas neoliberales y neoconservadoras que pretenden una restauración de carácter moral y al mismo tiempo la mercantilización de la educación, porque amenazan la construcción y consolidación de una escuela pública laica, gratuita y socialmente referenciada.

Palabras clave: Neoconservadurismo - Política Educacional - Ideología de Género.

Summary

This essay addresses the ideological disputes posed by neoconservatism on Brazilian educational policy, highlighting two of its specificities: the discourse about gender issues and the formation of the so-called Movement School Without Party (MESP). The dissemination of the "gender ideology" fallacy and the attack on the presence of critical thinking in education, which occur most importantly in the second decade of the present millennium, illustrate in a paradigmatic way the ideological conflicts that run through Brazil's current educational policy, emerging as a privileged neoconservative strategy destined to stop the progressive advances obtained in the previous decade. This essay is based on documentary and bibliographic research, carried out in 2020, using free access of online databases. It was possible to conclude that the neoconservative side of the new right manages to have a negative impact on educational policies, and its power can be observed from the adhesion of multiple actors to the fight against gender studies and against critical thinking in educational content. Such phenomena go beyond the debate in the religious and academic spheres, and arise on the legislative and executive powers, influencing the discussion of laws and the implementation of educational policies in all spheres (federal, statewide and municipal). It is essential to deepen the understanding of the new right's influence in education, considering the convergence between neoliberal and neoconservative agendas that seek a restoration of moral character and, at the same time, the mercantilization of education, because they threaten the construction and consolidation of a secular, free and socially referenced public education.

Key words: Neoconservatism, Educational Policy, Gender Ideology.

Apresentação

Neste momento particular da história da nossa América Latina, marcado pela restauração de posições conservadoras, pela progressiva subsidiariedade do Estado¹ no que se refere à questão social, pelas profundas regressões de direitos sociais conquistados, pelo aumento da interferência do Estado na economia e na vida democrática das instituições públicas em defesa do capital, é vital discutir a relação entre o Estado e as políticas sociais contemporâneas. Nossa intenção aqui é refletir sobre a especificidade educativa da restauração conservadora² que caracterizou os últimos 30 anos (1990-2020), processo instaurado antes da pandemia, mas que certamente tem e terá rebatimentos na maneira de enfrentar a crise sanitária atual e seus desdobramentos educacionais.

O objeto central são as disputas ideológicas travadas pela restauração conservadora em torno da política educacional -disputas sobre projetos político-pedagógicos relacionados ao direito à educação e à democratização da educação. Ideologia não é compreendida aqui apenas como representação do real, mas principalmente como a tradução dessas representações em ações concretas que materializam as diferentes visões de mundo. As disputas ideológicas podem ser analisadas como manifestações fenomênicas das forças (lutas de classe, de gênero, antirracistas) que estão por detrás delas.

O ensaio encontra seu fundamento em pesquisa bibliográfica e documental, realizada ao longo do ano

de 2020, em bases de livre acesso, no contexto do projeto de pesquisa intitulado e que conta com o apoio do Decanato de Pesquisa e Inovação da UnB (DPI/UnB, em 2020) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, a partir de 2021)³.

Quanto à estrutura do ensaio, na primeira parte abordamos os fundamentos ideológicos da aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo, e, na segunda parte, discutiremos sobre as lógicas políticas implícitas nas propostas educativas da restauração conservadora, destacando, como outrora fez Paviglianiti (1991; p. 7, tradução livre), que “estas fazem parte de uma continuidade histórica, o que ajuda a explicar a hegemonia atual dessas propostas”. Já no tratamento das manifestações fenomênicas da nova direita em matéria educacional, na terceira parte do ensaio focamos nossa atenção no desenvolvimento histórico internacional em final do milênio passado, e as implicações no Brasil na segunda década do presente milênio, da falácia da “ideologia de gênero”: uma articulação entre neoconservadorismo e política educacional que tem como objetivo a retirada dos estudos de gênero dos documentos oficiais, comprometendo a discussão sobre igualdade de gênero e contribuindo para a contrarreforma nas políticas e no sistema educacional. Na quarta parte, destacamos a atuação do Movimento Escola Sem Partido no que diz respeito à batalha ideológica pelo conteúdo dos planos nacionais de educação, e apontamos para finalizar considerações sobre os efeitos mais gerais da nova direita nos planos nacional e estaduais de educação.

1. Com base em Saforcada (2012), fazemos aqui referência à vertente da política social para a qual o princípio da subsidiariedade deveria primar em detrimento da principalidade do Estado, sendo dever de instâncias mais próximas do sujeito a ser protegido e não do Estado a satisfação das necessidades: ele mesmo (autoajuda), a família, os parentes, os vizinhos, os amigos e só em última instância, o Estado.

2. Restauração conservadora é a expressão utilizada por Paviglianiti (1991) e posteriormente por Apple (2002) para se referir à aliança entre as ideologias neoliberal e neoconservadora. Nos EUA, essa aliança é formada por quatro grupos: “os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e uma fração particular de uma nova classe média em ascensão” (Apple, 2002, p. 57). No contexto deste ensaio iremos utilizar tanto a categoria Neoconservadorismo ou Restauração Conservadora quanto a categoria Nova Direita, seguindo a literatura diversa que embasou as análises deste ensaio. Apesar do complexo debate em torno da definição dessas categorias, compreendemos que os termos selecionados apontam de maneira satisfatória para efeitos deste artigo, a existência da aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo que se consolida a partir dos anos 1990 no conjunto da América Latina e nos países centrais, com efeitos antidemocráticos, excludentes e opressores.

3. A origem do projeto se remonta aos intercâmbios realizados em 2019 com colegas argentinas do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (Myriam Feldfeber, Nora Gluz e Sophia Thisted), e do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da mesma universidade (Adriana Clemente, Ana Gomez e Marcela Benegas). As autoras também agradecem pelas contribuições recebidas durante o processo de estruturação do projeto de pesquisa às professoras da área de Serviço Social da UnB: Ângela Vieira Neves, Potyara Pereira e Camila Potyara Pereira, aos professores da área da Educação Claudia Vianna (Usp), Silvana Aparecida Souza (Unioeste) e Adir Valdemar Garcia (Ufsc), bem como demais estudantes de pós-graduação envolvidas no projeto.

Nova Direita: Aliança entre o Neoliberalismo e o Neoconservadorismo

Entendemos por “nova direita” um fenômeno de escala global, com sólidos efeitos a partir da década de 1970 e constituído fundamentalmente como uma aliança político-econômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, e na atualidade está fortalecida como efeito de oposição aos governos populares na virada do milênio. Processos eleitorais recentes nos levam a pensar na existência de um inequívoco recrudescimento do conservadorismo de novo tipo, mesclado por princípios liberais, como o fundamentalismo de mercado. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América e diversas eleições na Europa, confirmam essa leitura. O mesmo aconteceu em diversos países da América Latina, entre eles o Brasil. Vivemos momentos significativos desta onda neodireitista e, em particular, na política educacional brasileira.

Os ataques estratégicos às conquistas sociais e aos direitos humanos compõem o atual quadro de retrocesso político, econômico, social e cultural de dimensões inigualáveis, em um momento em que acreditávamos ter superado processos históricos de opressão, forjados na escravidão, no patrimonialismo e no capitalismo dependente. Em contraposição, hoje se impõe a liberalização das relações sociais e do mercado em matéria de contratação de força de trabalho e seguridade social. Esta conjuntura vivenciada aproximadamente desde 2010, é denominada na literatura científica no Brasil como onda neoconservadora, e na Argentina *restauración conservadora* (restauração conservadora).

Apesar de algumas literaturas localizarem o recrudescimento do neoconservadorismo como fator particular do momento presente, acreditamos que a nova direita possui suas particularidades próprias enquanto aliança entre essas duas vertentes, que, independente de alguns valores divergentes, possuem interesses e projetos em comum. A influência do neoliberalismo na política educacional brasileira, tem sido consistentemente discutida na literatura desde os anos 1990, sendo praticamente um consenso no campo dos estudiosos críticos. Entretanto, nos apoiando também nessa literatura e anali-

sando a atualidade -atividade difícil, vide a proximidade temporal com o objeto- observamos que trabalhar apenas com o conceito de neoliberalismo ou de neoconservadorismo não seria suficiente para compreender as transformações recentes e/ou determinados projetos educacionais. Sendo assim, compreendemos que não é possível analisar a política educacional brasileira tratando essas vertentes de forma isolada.

Entretanto, para fins de esclarecimento, é interessante delimitar as características dessas duas vertentes, e a partir de seus elementos compreender a nova direita como um movimento que intensifica práticas antidemocráticas e como resultado ameaça as conquistas progressistas alcançadas recentemente no Brasil. De acordo com Pereira (2016), as bases teóricas do neoliberalismo estão localizadas desde os anos 1940, quando Hayek em seu livro *O Caminho da Servidão*, defende o livre mercado como instrumento mais justo e adequado para a regulação da sociedade. Isso significa a necessidade de não intervenção do Estado tanto na economia quanto no campo privado, e, conseqüentemente, a negação de políticas públicas de proteção social que estariam em desencontro com os princípios da competitividade, da propriedade privada e da liberdade individual. Os adeptos dessa vertente defendiam dessa forma que o Estado de Bem-Estar Social seria uma ameaça aos valores centrais da civilização – a liberdade individual e a propriedade privada. De acordo com Pereira (2016, p. 125):

[...] os membros da Sociedade de Mont Pélerin defendem que os aparentes benefícios trazidos pela atuação do Estado de Bem-Estar Social eram, na verdade prejudiciais à coletividade e ao próprio sistema, já que, em tese, enfraqueciam a competitividade, a propriedade privada e a liberdade individual.

Mesmo que suas bases teórico-ideológicas estejam datadas desde os anos 1940, no contexto de pós-guerra, as ideias de Hayek soavam frágeis diante da realidade objetiva, considerando o imenso desenvolvimento econômico dos países capitalistas centrais. E assim, o fortalecimento do neoliberalismo se daria apenas a partir dos anos 1970, quando diante de uma nova crise capitalista a responsabilidade recaiu sobre uma suposta ineficiên-

4. Pereira (2016, 2020) compreende que nova direita vai além da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, sendo entendida como uma amálgama entre as duas ideologias, a partir da qual seria impossível separá-las. Ademais, Afonso (2007) define nova direita como “uma espécie de melting pot político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, de origem (neo)liberal e (neo) conservadora” (p. 13), concepção da qual a autora compartilha.

cia do Estado de Bem-Estar Social e os elevados gastos públicos.

No contexto brasileiro, o neoliberalismo costuma associar-se com políticas que apoiam uma ampla liberalização da economia, do comércio em geral, da redução dos impostos e do gasto público com políticas sociais⁵. O neoliberalismo propõe que se deixe nas mãos de particulares ou de empresas privadas o maior número de atividades econômicas possíveis. Igualmente propõe uma limitação do papel ativador do Estado na economia com a privatização de empresas públicas e a redução do tamanho do Estado. O neoliberalismo também propõe a flexibilização laboral, as reformas da previdência, a eliminação de restrições e regulações à atividade econômica e a abertura de fronteiras para mercadorias, capitais e fluxos financeiros. Alguns autores utilizam a denominação “ultraliberalismo” para indicar a diferença fundamental com o liberalismo histórico, no sentido que a fase atual do modo de produção capitalista, com sua especificidade de financeirização e a mundialização da economia, leva a um descompromisso com valores e direitos econômicos, sociais e políticos presentes nas formulações originais.

Apesar das influências políticas do neoconservadorismo serem apenas evidentes nos anos 1980, suas raízes datam nos anos 1930, quando seus principais representantes americanos apresentaram uma “terceira via” após desilusão tanto pela esquerda intelectual, quanto pelo liberalismo democrático. Desenvolveram assim um ceticismo em relação ao poder do Estado de resolver as demandas sociais (crítica à socialdemocracia) e, a partir dos anos 60/70, se posicionaram contrários às revoluções culturais que estariam em desencontro com os valores tradicionais da religião e da família, se desvinculando da vertente liberal-democrata. De acordo com Pereira (2016, p. 131):

Representando uma reação ao *defining deviancy dom*, isto é, ao “desvio para baixo”; à naturalização de uma suposta imoralidade que, segundo eles, corroe a família patriarcal e os valores tradicionais, gerando o crime, a barbárie, os vícios e

a miséria, surgiu uma nova abordagem ideológica que mesclou o individualismo, o anticomunismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional, especialmente em seus postulados morais, instituições e comportamento.

Além disso, o neoconservadorismo americano defendia a “democracia ocidental”, resultando em um patriotismo exacerbado, e assumindo assim, especialmente no contexto de Guerra Fria, a cultura norte-americana como um “bem para a humanidade” (Pereira, 2016). Compreendemos, assim, que o neoliberalismo e o neoconservadorismo não são fenômenos recentes, mas que nas últimas décadas seus discursos e apoiadores atingiram de maneira significativa as políticas sociais e afetaram expressivamente as opiniões públicas. Em uma primeira análise, é desafiador identificar a racionalidade que permeia a junção entre essas duas vertentes político-ideológicas considerando tanto suas divergências ideológicas quanto sua relação histórica conflitante⁶. Pois se, de um lado, há o neoliberalismo pautado no extremo individualismo sob as vestes da liberdade negativa, a defesa da propriedade privada e do livre mercado como entidade imutável e perfeita; do outro, há o neoconservadorismo, negando qualquer liberdade individual em desencontro com os valores familiares e da tradição cristã ocidental branca. Há evidentemente alguns inimigos em comum, entre eles a intervenção do Estado em determinadas áreas da sociedade e a construção de um inimigo externo comum que pode ser encarnado na figura comunista/socialista e/ou estrangeira e/ou não branca.

Uma importante leitura é que ambas as vertentes negam o Estado de Bem-Estar Social, sendo então as políticas de proteção social um mal desnecessário que atrapalha o desenvolvimento político e moral da sociedade. Tal perspectiva, no entanto, não elimina o Estado forte em determinados setores, como na garantia da propriedade, da liberdade negativa e na segurança, visando assim a proteção da nação e da família. Brown (2019) analisa essa ambiguidade do papel do Estado na nova direita. Recuperando Hayek (1899-1992), a autora nos indica uma discussão central para definir uma mesma racionalidade entre o neoliberalismo e o neoconservadoris-

5. Há um debate importante acumulado sobre a questão do Estado nesta perspectiva, porque o Estado não reduz seu tamanho, mas muda a natureza da sua intervenção, influência e gestão, reduzindo ou tentando reduzir ou mesmo deixando de aumentar o investimento nas políticas sociais, embora aumente o financiamento do capital.

6. Independente do neoconservadorismo e do neoliberalismo terem adquirido suas próprias particularidades e se articulado considerando o movimento dialético e histórico da sociedade, é interessante considerar que, no surgimento de suas matrizes teórico-políticas fundantes, o conservadorismo político clássico surge como uma reação aos ideais iluministas e transformações político-sociais proporcionado pela Revolução Francesa e pela Industrial. E, pela sua vez, o liberalismo surge em contraposição ao conservadorismo.

mo. Apontando a tradição como elemento central para alcance da verdadeira liberdade (negativa), o autor da Escola de Viena coloca o livre mercado, a propriedade privada e a tradição cristã (e com ela o patriarcado) como entidades quase ontológicas, limitando a presença do Estado à preservação desses valores⁷. Em síntese, conseguimos identificar valores caros tanto para neoliberais quanto neoconservadores, quando se defende o papel do Estado associado à lógica da família tradicional, da propriedade privada, e da liberdade individual e sua expansão a outros setores da sociedade, incluindo as políticas educacionais. E desta forma, significa também a negação de qualquer política de diversidade, do pensamento crítico, ou de construção de uma nova sociabilidade.

No contexto brasileiro, independentemente do neoliberalismo e do neoconservadorismo possuem trajetórias e propostas diferentes a partir de suas matrizes de origem, e conseqüentemente divergirem em alguns pontos polêmicos como a legalização das drogas e a descriminalização do aborto, parece existir um acordo básico no que se refere às atuações políticas e às posições de classe, como classe dominante que procura perpetuar-se. Analisando as tendências ideológicas de diferentes sujeitos políticos, especialmente no Poder Legislativo, observa-se a votação conjunta de representantes de partidos neoliberais e neoconservadores em projetos antidemocráticos como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência ou a Lei do Piso de Gastos. Desde 2014, os neoconservadores e neoliberais ocupam uma parte significativa dos cargos eletivos do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados), conformando o que se denomina 'bancada BBB' ("ruralista" do Boi, "armamentista" da Bala e "evangélica" da Bíblia). É a mesma bancada que constituiu, em 2016, a frente de ataque à primeira presidenta mulher, exercendo papel decisivo no golpe jurídico-parlamentar. Declararam expressamente apoio ao presidente eleito em exercício desde janeiro de 2019, o que é estratégico para o presidente, porque o número de partidos subiu de 25 para 30 na Câmara e de 15 para 20 no Senado. Como consequência dessa fragmentação, nenhum dos partidos tem força suficiente para aprovar um projeto de lei, que exige maioria simples (257 dos 513 deputados e 41 dos 81 senadores), e muito menos uma emenda constitucional, que exige res-

paldo de três quintos do total (308 de 513 deputados e 49 de 81 senadores). Com um forte apelo religioso, essa bancada (constituída de aproximadamente 310 parlamentares em 2019), apresentou pautas que mesclam o campo econômico com preceitos morais sendo, por exemplo, contrária às investigações sobre células-tronco, à demarcação de terras indígenas, ao casamento civil homoafetivo; e a favor da redução da maioria penal, da revogação do estatuto do desarmamento, da aprovação do estatuto da família e da inclusão do aborto entre os crimes hediondos, entre outras pautas.

Todos os elementos até aqui citados, levam a crer na impossibilidade de analisar de forma isolada as influências do neoconservadorismo e do neoliberalismo na política educacional brasileira atual. Iremos discutir essa questão com mais profundidade em próximos tópicos, mas antes é necessário analisar, de forma mais geral, os efeitos da nova direita na Política Educacional Brasileira.

Políticas Educacionais e Nova Direita

O neoliberalismo e o neoconservadorismo, como ideários que defendem determinado projeto de sociedade, pretendem pautar a política educacional, desde a organização curricular ao próprio trabalho pedagógico, passando pela avaliação de desempenho de alunos e professoras, entre outros aspectos da agenda educativa. A política educacional está passando por um processo de reconfiguração conceitual; novas propostas são defendidas transformando o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada em uma política subsidiária e, paralelamente, a priorizando como mercadoria (neoliberais) e como território para a disputa ou "guerra cultural" (neoconservadores). Mesmo com fundamentos diferentes, neoliberalismo e neoconservadorismo se transformaram em grandes aliados no momento de debilitar o projeto de uma escola pública democrática e de qualidade que nossas sociedades foram paulatinamente construindo no período que se seguiu às ditaduras civis-militares.

Em escala mundial, as reformas educativas de corte neoliberal pressionaram pela descentralização, pela pa-

7. Como resultado, limita-se a intervenção do Estado em determinados setores da sociedade (políticas sociais e economia) e o fortalece em prol de determinados interesses (garantir a segurança da família e da propriedade privada). A fim de evidenciar esta questão, podemos mencionar as ações de cunho xenofóbico, como a construção do muro prometido por Donald Trump. No contexto da política educacional brasileira podemos ilustrar por meio da militarização das Escolas Públicas de maior vulnerabilidade social, onde a presença de um Estado forte é necessária para disciplinar a população mais pobre (e majoritariamente negra), e, em paralelo, a ascensão da Educação Domiciliar, pautada na negação do Estado para intervir na educação das famílias.

dronização de métodos e de conteúdo, pelo “novo” gerenciamento das escolas e pela “profissionalização” de docentes. Elementos todos que permitem transformar a educação em um grande negócio, e as escolas em lucrativas empresas. A mudança ou a reforma do espaço escolar não funciona como um “complo”, mas sim é um processo mais difuso e diversificado, com diferentes configurações em cada país, porém com origem nos processos de avaliação e comparação induzidos por organismos internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio - OMC, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional-FMI e a Comissão Europeia. O acesso universal à cultura escrita, letrada, científica e técnica, pela via da educação pública e gratuita, se transformou, discursivamente, em uma utopia irrealizável, na medida em que se opõe à preeminência da acumulação do capital sobre qualquer outro fim. Realizar esse direito universal suporia um financiamento público ampliado -sob a forma redistributiva e solidaria- que não combina com as políticas neoliberais.

A complexa trama de construção da hegemonia neoliberal em matéria de educação, dominante nas últimas duas décadas do século/milênio passado (por exemplo: limites para o investimento -visto como gasto- na educação pública, mercantilização e privatização dos serviços educativos, gerencialismo na gestão da educação pública, avaliação e ranqueamento de instituições educacionais, empreendedorismo como conteúdo da educação básica, estabelecimento de “parcerias” público-privadas, voluntariado nas escolas, relação entre ensino médio e trabalho, entre outros), continua neste século/milênio marcando os limites e a estrutura das nossas políticas educativas; mas essa complexa trama está acompanhada no presente milênio de aspectos neoconservadores específicos ou particulares.

O neoliberalismo na educação foi e ainda é objeto de várias pesquisas, como pode ser observado na extensa bibliografia acadêmica publicada de forma impressa e *online*. Em contrapartida, gostaríamos de sistematizar brevemente alguns aspectos neoconservadores que acompanham hoje essa complexa trama, retroalimentando a força de ambos os pensamentos. Pedagogia (neoliberal) da exclusão conforme denominada e sistematizada por Gentili (1996), acompanhada do que denominaremos aqui, parafraseando Paulo Freire (1972), de pedagogia (neoconservadora) da opressão.

O encontro entre neoliberalismo e neoconservadorismo no que diz respeito às políticas educacionais cobrou tal importância que foi objeto de dossiês especiais em periódicos científicos (ver Hermida & Lira; 2020). A pedagogia (neoconservadora) da opressão atenta diretamente contra a autonomia do trabalho docente, e paralelamente ameaça o direito à educação pública, universal, gratuita, laica e socialmente referenciada. Propõe um discurso único sobre o que seria “a” qualidade da educação, defendendo de maneira paralela uma gestão escolar orientada pelos preceitos da economia privada e a lógica gerencial (Oliveira, 2020), “apresentado como instrumental a um projeto centrado na disputa pelo conteúdo da educação com uma perspectiva de restauração de classe” (Peroni e Lima, 2020).

Feita estas aproximações teóricas, recuperamos aqui dois elementos que caracterizam as propostas da nova direita em matéria de política educacional: 1) Ela é antidemocrática, tanto por negar a diversidade quanto a possibilidade de combate às desigualdades sociais; usando os termos de Gentili (1996), podemos concluir que ela resulta em exclusão e opressão; 2) Ela fomenta um Estado que sustente os interesses do mercado (seja sob o viés da não intervenção econômica, seja por meio da privatização de serviços sociais e cooptação de recursos públicos), mas também um Estado forte para a “proteção” da esfera pessoal (a família e a propriedade) e para o enfrentamento de um inimigo externo. São a partir destes dois elementos que tentaremos analisar a política educacional brasileira em três caminhos que se relacionam: Controle do Conteúdo, Discurso da Meritocracia e Moralização do Fracasso Escolar, e Controle da Qualidade.

Quanto ao *Controle de Conteúdo*, nos referimos a todas as tentativas e ações de intervenção relacionadas aos conteúdos que deveriam ser ensinados ou prioritários na educação formal. São ações que visam recuperar “conhecimentos tradicionais”, alinhados com os valores religiosos, ou um enxugamento dos conteúdos priorizando disciplinas e saberes alinhados com as necessidades do mercado. É uma tentativa de limitar conteúdos e saberes que estariam em desencontro com os valores da família, mas também uma estratégia de alinhamento dos conteúdos com os interesses de mercado ou divergente de um pensamento crítico. Ações nesse sentido são:

- a) A Reforma do Ensino Médio que visa priorizar conhecimentos mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho em detrimento de conhecimen-

tos que auxiliem na construção de uma perspectiva mais crítica e mais ampla da educação;

- b) O Movimento Escola Sem Partido, que visa restringir conteúdos ministrados em sala de aula em descontração com os valores da família, dando ênfase nas liberdades individuais e de aprendizagem do aluno (Penna, 2016). Entre suas estratégias está a judicialização/criminalização da prática docente, identificando o professor como um inimigo (esquerdista, comunista) a ser combatido.
- c) As intensas intervenções de setores neoconservadores na elaboração e definição da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais da Educação, especialmente no que tange à Ideologia de Gênero (Corsetti, 2018). É importante mencionar também os ataques à inclusão de estudos sobre a história e cultura afro na BNCC (Base Nacional Curricular Comum).

Quanto ao *Discurso da Meritocracia e o Fracasso Escolar*, a noção de mérito permeia a compreensão de justiça no sucesso escolar. Essa concepção não considera fatores externos ao processo de aprendizagem, além de ser insuficiente para analisar criticamente o fracasso escolar. Entretanto, para os setores neodireitistas a meritocracia assume a forma mais justa de se alcançar o direito escolar, afinal, ações deliberadas para alcançar uma igualdade seriam na realidade formas de discriminação e, em certo nível, desestimulariam a competitividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento individual do aluno. Neste sentido, iniciativas de combate a discriminações e desigualdades sociais seriam na realidade um risco para o desenvolvimento da sociedade e/ou, aliado a um discurso negacionista, seriam projetos "ideológicos" e "populistas" para alcance de uma hegemonia de esquerda. A resposta para o enfrentamento do fracasso escolar deveria se restringir às ações individualistas e/ou moralizantes com o aluno e sua família, ou no máximo, políticas pontuais e focalizadas. Iniciativas nesse sentido são:

- a) Negação de políticas de inclusão social e afirmativas, como as cotas raciais e sociais para o ensino superior e concurso público;
- b) Criminalização e Moralização da pobreza, que permeia os discursos de responsabilização das famílias mais pobres, e a exigência de contrapartida educacional vinculada a programas de assistência social e assistência estudantil;

- c) A militarização das escolas públicas mais vulneráveis também é legitimada por um discurso de disciplinamento dos corpos pobres, periféricos e negros, como o Estado forte deve estar presente para controlar a população mais pobre e supostamente "moralmente incapaz" de alcançar o sucesso escolar (Pinelli, 2020).

Quanto ao *Controle de Qualidade e Redefinição do Papel da Escola*, inicialmente devemos esclarecer que a discussão sobre qualidade da educação envolve debates muito extensos como o sentido social da escola e as formas de avaliação do sistema escolar. Definir o que é uma boa escola é definir os seus objetivos e conseqüentemente o seu papel na sociedade (Paro, 2007). No limite deste ensaio não iremos nos aprofundar nesta questão, mas é interessante observar que a concepção de educação assumida pela nova direita está vinculada tanto por uma ideia reducionista da escola como um mero transmissor de conteúdo (e não de conhecimento) quanto como instrumento de viabilização de saberes necessários para o desenvolvimento econômico. O sistema de avaliação escolar e, conseqüentemente, a forma como é verificado se os objetivos do sistema escolar foram alcançados focam-se na massificação de testes padronizados, usados para fins comparativos e, em certo nível, para definir prioridade na execução de serviços educacionais. Por exemplo, podemos citar o uso do IDEB na definição de metas educacionais e a resultados no ENEM como indicador informal de desempenho escolar da rede privada.

Entre os efeitos dessas medidas destaca-se um lento movimento de restrição dos conteúdos e metodologia usadas nas escolas – afinal, foca-se em conhecimentos específicos para solução provas e ignora-se saberes e práticas educativas difíceis de serem "medidas" em testes massificados. Observa-se também uma intensificação do trabalho docente, além de uma ressignificação da qualidade educacional restrita ao alcance de boas notas em exames nacionais. O sistema de avaliação também se tornou um instrumento estratégico na transferência de responsabilidade na oferta de serviços educacionais à esfera privada ou à família, pois auxilia no controle de desempenho e qualidade ao ser realizada pelo Estado, reduzido ao controle e ao financiamento dos serviços. Alguns exemplos de ações nesse sentido são:

- a) Fortalecimento da Educação Domiciliar, no qual o ensino será ofertado pela família (e por intermédio

de empresas de serviços educacionais), mas sob a exigência de seguir uma base curricular comum verificado pelo poder público e o desempenho escolar checado por meio de testes e provas massificadas.

- b) Observa-se também que no Movimento Escola Sem Partido defende-se a concepção de que a escola deve “instruir” e a família “educar”, indicando a não intervenção do poder público na autoridade da família no que se relaciona ao processo educativo (Penna, 2016).
- c) No processo de militarização das escolas públicas do Distrito Federal, um dos argumentos centrais para sua implementação é o elevado IDEB de iniciativas anteriores. Este argumento, entretanto, desconsidera os custos secundários de um modelo de educação pautado na hierarquia e na anulação da individualidade dos alunos, negando os princípios democráticos na educação e a negação da diversidade no cotidiano escolar (Pinelli, 2020).

Como verificado, a influência da nova direita se dá de diversas formas e em praticamente todas as dimensões da política educacional brasileira, engatando diferentes projetos e programas, e desestruturando as árduas conquistas no campo da educação. Como especificações do impacto da nova direita, escolhemos para desenvolver aqui, apesar de não esgotar o leque de particularizações da *pedagogia da opressão*: a falácia da “ideologia de gênero” e o Movimento Escola Sem Partido. Essas particularizações serão abordadas na sequência, obedecendo, de alguma maneira, uma ordem cronológica de emergência e consolidação como especificações do neoconservadorismo ao nível federal e estadual.

A Falácia da Ideologia de Gênero⁸

“... se ha vuelto una práctica sistemática por parte de los partidarios de la subsidiariedad del rol del Estado el tergiversar las conclusiones y aportes de los análisis de los sectores progresistas en materia de educación [...]”. Esta

práctica contribuye a retrotraer los avances realizados, ya que los términos en que los neoconservadores plantean la polémica obligan a los sectores progresistas a aglutinarse y a borrar los matices existentes, en una defensa global de la escuela pública...” (Paviglianiti; 1991, p. 8)⁹.

O discurso neoconservador sobre a denominada ideologia de gênero foi criado pelo Vaticano, na década de 1990, como reação aos progressos dos movimentos feministas e aos estudos de gênero no mundo. Assim, quando o empoderamento feminino, os direitos à saúde sexual das mulheres, o controle reprodutivo e a equidade de gênero se transformaram em pauta central de conferências internacionais organizadas nos anos 1990, pelas Nações Unidas, uma reação bem articulada começou a ser gestada. O que para muitos significava um progresso no sentido da construção de uma sociedade mais justa e democrática foi percebido, pelos religiosos e neoconservadores, como uma ameaça, porque tinha o potencial de questionar instituições hierarquicamente estabelecidas, com funções muito diferentes para homens e mulheres, como acontece com a própria institucionalidade religiosa.

Toda uma estratégia de deturpação e de ocultação foi articulada para opor-se à igualdade das mulheres. Em 1995, após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada em 1994, no Cairo, e pouco antes da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o Papa Juan Pablo II convidava seus fiéis a envolver-se na criação daquilo que denominou “novo feminismo”, que respeitasse o determinismo biológico em que mulheres e homens têm lugares sociais diferentes e supostamente complementares. No lugar de limitar às mulheres ou estimular a advertência ou desconfiança sobre elas, a estratégia do Vaticano constituiu na exaltação dos papéis femininos tradicionais. Desta maneira, a igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda da sua ‘dignidade extraordinária’ na sua condição de “especialista do amor”. Enunciada pela nova direita como sinônimo de Estudos de Gênero, e formalizada através do discurso de consultores e especialistas escolhidos pelo Conselho Pontifício

8. O termo falácia deriva do latim, do verbo fallere, que significa enganar. Constitui um raciocínio errado com aparência de verdadeiro, um argumento que se destina à persuasão, convincente para grande parte do público. Reconhecer uma falácia pode ser difícil, porque costuma ter um apelo emocional, íntimo, psicológico, mas não possui validade lógica racional.

9. “Tornou-se uma prática sistemática por parte dos partidários da subsidiariedade do papel do Estado, tergiversar as conclusões e contribuições das análises dos setores progressistas em relação à educação. Esta prática contribui para retroagir os avanços realizados, já que a maneira como os neoconservadores apresentam a polémica obriga os setores progressistas a se unirem e suprimir os matizes existentes, em defesa mundial da escola pública”. (tradução livre)

entre docentes de universidades católicas, surgiu a expressão “ideologia de gênero”, consolidando um “inimigo comum” a ser combatido por agentes religiosos e não religiosos para subverter o conceito feminista de gênero e assim interditar o debate e a institucionalização de demandas de movimentos de mulheres, feministas e LGBTs. “ideologia de gênero” e “ameaça à família” foram expressões utilizadas, conjuntamente, para demonizar qualquer tipo de manifestação em defesa dos direitos das mulheres ou da igualdade de gênero. Exemplo:

Dentro de um processo que poderia denominar-se de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subvalorizada a difusão de certa ideologia de “gender”. Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas sim pela cultura. Com isso se atacam as mesmas bases da família e das relações interpessoais. É preciso fazer algumas considerações a respeito, em função da importância de tal ideologia na cultura contemporânea, e sua influência no fenômeno das uniões de fato (Conselho Pontifício para a Família, 2000).

Assim, a expressão “ideologia de gênero” foi produzida através de “técnicas de deformação da posição do inimigo” (Garbagnoli, 2016, p. 192). Por meio de conceitos científicos tergiversados, constrói-se uma retórica de oposição entre um ‘bom’ e um ‘mau’ feminismo, assim como uma emancipação ‘verdadeira’ e outra ‘falsa’, a partir da qual se deslegitimam os estudos de gênero, ao afirmar que suas estudiosas buscam acabar com a ordem natural e implantar uma “colonização ideológica” (Garbagnoli, 2016; Junqueira, 2017). A falácia sobre a ideologia de gênero criou identificação popular e foi mobilizado por grupos religiosos, neoconservadores e parlamentares, muitas vezes distribuindo *Feake News* ou notícias falsas fabricadas e veiculadas nas mídias sociais, com conteúdo falso e com a deliberada intenção de enganar e obter ganhos políticos.

Na América Latina, segundo Machado (2018), a expressão foi utilizada pela primeira vez em 1998, em

documento público da Conferência Episcopal no Peru, amplamente reproduzido por outros documentos latino-americanos e europeus. No Brasil, ela se difunde e se populariza em conferências nacionais de discussão de políticas públicas (notadamente em 2010), não casualmente quando foi eleita a primeira presidenta mulher, ex-prisioneira política da ditadura militar. Acompanhando o fenômeno social global das últimas décadas, o contexto político brasileiro mostra o progresso gradual de forças conservadoras em diferentes âmbitos e o crescimento do discurso da ideologia de gênero. O Congresso e outros espaços políticos são conduzidos por figuras políticas que defendem abertamente discursos racistas, homofóbicos e contrários ao aborto. Essas figuras popularizaram a expressão ideologia de gênero no Brasil, e querem impô-la com o mesmo *status* científico que Estudos de Gênero.

Machado (2015) aponta diferenças nas abordagens anti-gênero¹⁰ de carismáticos e pentecostais. Se estes articulam seus focos na sexualidade e na homofobia, os católicos centram seus questionamentos na reprodução humana e no aborto. Entretanto, ambos grupos levaram à construção de uma racionalidade política baseada na moral sexual, à formação de quadros e estabelecimento de alianças importantes no Congresso Nacional, e à judicialização da moral sexual no esforço pela preservação da moral cristã na sociedade brasileira contemporânea. Nas palavras da autora: “...a despeito das diferenças doutrinárias e da competição por fiéis, os carismáticos católicos vêm se aliando com grupos pentecostais na esfera política para preservar o caráter cristão da moralidade pública brasileira” (Machado, 2015, p. 48).

Apresentamos a hipótese ou pressuposto de que a retórica antigênero é estruturante dos posicionamentos neoconservadores, e que está no âmago da aliança contemporânea entre neoconservadorismo e neoliberalismo. Na elaboração retórica desse posicionamento antigênero, as necessidades práticas das mulheres foram acolhidas e transvestidas em interesse estratégico neoconservador visando a manutenção das relações hierárquicas dominantes (de gênero, mas também de classe e raça)¹¹. Os conceitos e métodos dos estudos de gênero

10. “Emprega-se aqui o termo “antigênero” em referência a uma tomada de posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana. Isso, porém, não implica sugerir a existência prévia de um suposto ativismo “pró-gênero”. Na literatura, os movimentos antigênero são também chamados de no-gender – termo aqui evitado por ser também utilizado em referência a pessoas que não se identificam com gênero algum.” (Junqueira, 2017, p. 452).

11. Sobre necessidades práticas (das mulheres) e interesses estratégicos de gênero, ver: Yannoulas & Silva, 2017.

foram distorcidos, as bandeiras das lutas dos movimentos sociais de mulheres e feministas foram parcialmente expropriadas, e algumas palavras ou termos foram recontextualizados com o intuito de apelar emocionalmente e paralelamente desvalorizar as lutas feministas. Por que o sucesso da abordagem antigênero? As instituições religiosas e movimentos neoconservadores se apresentaram como interlocutores válidos dos anseios e reivindicações das mulheres, levando o que deveria ser um processo de politização das necessidades práticas para uma proposta de restauração da ordem social, e construindo destarte uma forte reação às conquistas galgadas nas décadas anteriores. O discurso antigênero foi promovido com o explícito propósito de desprestigiar essas conquistas e redirecionar as lutas. As necessidades práticas das mulheres foram reconhecidas e aceitas como bandeira por esses grupos, porque em verdade são necessidades dos membros da família e não das próprias mulheres. Já os interesses estratégicos de gênero, tais como direitos sexuais/reprodutivos e uma divisão do trabalho mais igualitária, fulcrais para a conquista de qualquer mudança significativa na ordem social, são negados e desprestigiados. O fato da concentração dos ataques nessas duas questões, sexualidade e trabalho, é revelador de seu caráter de dispositivos estruturantes. E, se há na disputa questões de ordem moral esgrimidas por esses setores, uma “batalha cultural” declarada, não menos importantes são as questões de ordem econômica, social e política que se escondem nesses dispositivos.

A questão da ideologia de gênero foi introduzida paulatinamente no debate de todas as políticas setoriais, principalmente para impedir o desenvolvimento dos programas e ações estimulados naquele momento pela Secretaria Especial de Políticas das Mulheres (em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres adquiriu *status* ministerial), porém no caso da política educativa se transformou em batalha primordial. E, por isso, dizemos que essa questão se consolida em 2010, momento em que teve lugar a discussão pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano originalmente incluía entre suas metas a superação de desigualdades de gênero. Nesse polêmico debate se delineou a aliança neoconservadora antigênero no contexto da política nacional brasileira. Os argumentos esgrimidos mostraram uma suposta preocupação com as crianças e com os adolescentes, que seriam vulneráveis à suposta contaminação de educadores interessados em subverter os valores da família. Muitas notícias falsas circularam pelos novos meios sociais de comunicação como o Facebook e o Instagram.

Um caso exemplar do aumento da pressão neoconservadora sobre a definição de políticas e programas educacionais é o tristemente conhecido como “kit gay”, denominação pejorativa inventada em 2011 por deputado do Congresso Nacional para referir-se, de maneira pejorativa, à iniciativa de material didático (filme e cartilha para docentes), do Programa Brasil Sem Homofobia do Ministério de Educação do Brasil, que contava inclusive com apoio da UNESCO. O veto pela presidenta Dilma Rousseff aos vídeos do Programa, após pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional em meio à crise política e econômica deslanchada em 2011, não foi um episódio isolado, mas o início do recuo e “congelamento” de várias iniciativas interessantes do Governo Federal em defesa da igualdade de gênero. Grupos conservadores e movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Escola Sem Partido (MESP), atuaram de forma coordenada durante a tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, culminando na retirada de qualquer menção ao termo gênero.

Em 2014, depois de aproximadamente três mil observações e mudanças na proposta de plano original, o PNE foi sancionado sem vetos. A versão final do Plano Nacional de Educação (2014-2024), sancionada como lei, aprovou como meta o combate às desigualdades educacionais, referindo-se de forma vaga à erradicação de “todas as formas de discriminação”. A interdição dos temas de gênero e sexualidade no texto final, incitada por grupos neoconservadores e religiosos, foi um êxito. Sua articulação política foi fortalecida e mobilizada para o mesmo fim com relação aos planos estaduais e municipais de educação. Ademais, a retórica antigênero regula cotidianamente as políticas educacionais e interfere na liberdade de cátedra e no trabalho docente majoritariamente feminino, como Bazzo (2020) demonstra.

Movimento Escola Sem Partido (MESP)

E assim entramos no segundo aspecto a ser destacado, neste caso com a utilização de estratégias de silenciamento, controle e manipulação (especialmente do trabalho docente). Um pequeno movimento neoconservador passou a ter repercussão e adesão nacional inusitadas, através do discurso da “ideologia de gênero” que foi desenvolvido habilmente durante a discussão do PNE. Fundado em 2004 e transformado em Organização Não Governamental, em 2015, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) originalmente se apresentou preocupa-

do com a "contaminação político-ideológica", através do suposto doutrinamento marxista de estudantes das escolas brasileiras, e se expandiu nacionalmente. A reivindicação principal era a de impedir que as professoras (utilizamos o gênero gramatical feminino pela composição majoritária feminina desta profissão) transmitissem, em aula, conteúdos contrários aos dos pais/mães. Se o foco principal foi, naquele momento, a discussão da suposta ideologia de gênero, a evolução das espécies ou o heliocentrismo no PNE, a regra também incluiu paulatinamente as posições políticas. Assim se (re)instalou um antigo debate sobre a hierarquia entre família e escola, na tensão entre o público e o privado no que se refere à educação (muito bem retratado na obra organizada por Lopes et al., 2007), não apenas com relação aos estudos de gênero, mas também com relação ao método materialista dialético demonizado como ideologia marxista.

Ao longo do tempo, observaram-se algumas alterações nas estratégias do MESP e que são refletidas nos dois anteprojetos escritos pelo seu fundador, o advogado Miguel Nagib, e disponibilizado no site oficial do movimento. Estes anteprojetos são muitas vezes reproduzidos com poucas alterações, e levado a plenário por vereadores, deputados e senadores. Vários são os projetos de lei em tramitação sobre o tema, mas existem alguns elementos que se repetem e podem ser identificados: 1) são propostas apresentadas por partidos conservadores; 2) atacam a escola pública; 3) são apoiadas pelo empresariado educacional; 4) partem do suposto de que docentes praticam proselitismo político-partidário e, com isso, limitam o "direito a aprender" dos estudantes.

Entres os projetos em tramitação, destacamos dois deles, por refletirem as mudanças de estratégias do Movimento Escola Sem Partido, ao longo dos últimos sete anos. Um deles foi desenvolvido em 2015 proposto pelo senador Izalci Lucas (PSDB), sendo o primeiro projeto de lei (PL 867/2015) em âmbito federal, sua ênfase é restringir as ações dos professores e conteúdos em sala de aula que pudessem ir em desencontro com os valores da família, usando como argumento central o direito da família sob aprendizagem dos alunos, então considerados tábulas rasas e altamente vulneráveis às ideias externas. O segundo projeto de lei foi apresentado em 2019 e proposto pela deputada federal Bia Kicis (PSL), no qual acrescentou um novo mecanismo de vigilância ao possibilitar aos alunos o direito de gravar as aulas sob a suposta justificativa de "controle de qualidade" e "revisão de conteúdos". Desta forma, se não foi possível criar formalmente um mecanismo de controle de con-

teúdo e silenciamento, impuseram-se mecanismos para constringer e silenciar as professoras indiretamente.

Por isso, o MESP precisa ser analisado além da sua aparência fenomênica - via discurso da "liberdade de ensinar" das docentes e do "direito de aprender" do aluno. É preciso observar, cuidadosamente, quais são suas intencionalidades e sua essência por trás da aparência. Nas batalhas por estabelecer hegemonia, diferentes grupos e agentes extrapolam o âmbito estritamente político-partidário e disputam reconhecimento e legitimação pelo sentido comum. É mediante a capacidade de conectar seus discursos ao sentido comum que os blocos históricos se tornam hegemônicos e capazes de naturalizar suas agendas, fazendo com que pareçam inevitáveis. Sendo assim, além de identificar a formação de uma aliança neoconservadora mobilizada pelo discurso da "ideologia de gênero" no Brasil, através dos projetos de lei baseados na proposta do MESP e pela exclusão definitiva do conceito de gênero dos planos educacionais, é possível, paralelamente, identificar o êxito desta aliança em estabelecer identificação entre seu discurso e o sentido comum. Inúmeros episódios foram registrados, em todo o país, como manifestações ou reproduções deste discurso. Somente em 2017, 5 (cinco) casos graves tornaram-se públicos com impacto potencializado pelas redes sociais. Familiares insatisfeitos elaboraram relatos públicos, amplamente difundidos, demonizando e ameaçando docentes que supostamente obrigavam seus estudantes a discutir sexualidade e gênero. Dentre esses casos ressaltam o de uma investigadora da Universidade Federal da Bahia que discutia divisão sexual do trabalho e foi ameaçada de morte; e o da filósofa estadunidense Judith Butler que foi recebida e despedida no aeroporto por agressivos manifestantes que tentaram proibir sua conferência, e a hostilizaram durante toda a sua estada no Brasil. A associação entre sexualidade e pedofilia levou ao fechamento de exposições de arte. Não surpreende, portanto, que mães e pais estejam preocupados ao receber a informação de que seus filhos e filhas são doutrinados politicamente e desvirtuados sexualmente no contexto escolar.

O MESP ganhou expressão nacional nos debates parlamentares e nas câmaras legislativas. No entanto, esses projetos de lei são apenas a ponta do iceberg, uma superfície fenomênica que guarda submersa sua essência, qual seja: a de manter e ampliar as relações sociais que caracterizam o atual estado de desenvolvimento do capitalismo dependente. Assim, o movimento se constitui um dos grupos da nova direita que represen-

tam suporte: 1) ao desejo neoliberal de transformar a educação em um bem comercializável e rentável, e 2) ao desejo neoconservador de transformar a educação em um assunto privado, com supremacia da família sobre o Estado. O referido movimento busca interferir na própria organização do trabalho didático-pedagógico. Em seu seio, foi adotado o lema “Professor não é educador”, que sugere a ideia de que a “verdadeira educação” seria realizada em casa, e que a escola seria apenas uma mera transmissora de conteúdos pré-definidos, neutros, sem posicionamentos político-ideológicos. Assim, os proponentes do MESP ocultam que, desde o ponto de vista legal, a educação é responsabilidade da família e do Estado em colaboração com a sociedade como um todo, conforme o artigo 205 da Constituição Federal.

Desde o ponto de vista pedagógico, a questão da neutralidade do trabalho docente nos retrotraí aos debates da década de 1980 sobre competência técnica e compromisso político, derivado do processo de democratização, sintetizado no seguinte problema: seria mais importante que o docente tivesse competência técnica capaz de efetivar o aprendizado dos conteúdos tradicionais ou o que importaria seria o compromisso político em favor da construção de uma sociedade democrática? O retorno deste antigo debate demonstra a restauração conservadora de ideias pedagógicas de um período marcado pelo autoritarismo e pela censura.

A “ideologia de gênero” transforma-se, articuladamente com outros elementos do ideário neoliberal, em estandarte político, produto de um esforço midiático e político que se expande além do Vaticano e passa a fazer parte de documentos e discursos (Miguel, 2016; Junqueira, 2017; Kalil, 2019). Os nomes vinculados ao MESP são de reconhecidos representantes do ideário neoliberal na economia e defensores de pautas neoconservadoras no campo político. Dentre as diversas bandeiras do movimento se destaca a compreensão da educação como mercadoria, como matéria de direito privado e familiar, e a defesa da neutralidade do trabalho pedagógico. Um de seus líderes declarou que sua inspiração para os projetos de lei foi o Código do Consumidor. Essa afirmação aconteceu durante uma Audiência Pública no Senado Federal realizada em 01/09/2016. Identificar o processo educativo como uma relação entre provedores e consumidores significa entender a educação como mercadoria e não como direito, e a política educacional como medida a ser regulada pela lógica da rentabilidade lucrativa do mercado.

Efeitos da Nova Direita nos Planos de Educação

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), ainda que permeada por disputas de interesses em sua construção, consolidaram-se direitos reivindicados por movimentos sociais, dentre eles a educação, como “direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988). A fim de regulamentar esse direito à Educação, em seu artigo 214, a CF/88 prevê a elaboração de um “plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação” (Brasil, 1988). Esse plano, assim como a consolidação de diversas legislações posteriores à CF/88, foi parcialmente cerceado quanto aos seus princípios fundamentais democráticos, imprimindo à política educacional um viés neoliberal. Nesse contexto de embates, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada apenas em 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) somente em 2001. Vianna e Unbehaum (2004) analisaram esses três documentos – CF/88, LDB e PNE 2001, considerando três aspectos: a linguagem utilizada, os direitos garantidos, “e a última, adquire uma certa ambiguidade, pela qual a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento, mas aparece -timidamente- em alguns tópicos” (Vianna & Unbehaum, 2004, p. 89). As autoras concluíram que o gênero não é destaque nesses documentos, pois aparece de forma difusa e encoberta, ainda que houvesse uma ampla discussão sobre o tema no Brasil, à época da aprovação do PNE 2001. Por outro lado, ao contrário do que ocorreu com esse PNE de 2001, o debate a partir de 2010 visando a construção do segundo PNE, caracterizou-se nitidamente pela existência de um movimento a favor da supressão de qualquer menção ao termo gênero (Reis & Eggert, 2017). Especialistas apontam que o combate à suposta “ideologia de gênero” se fortalece no país precisamente a partir de 2010, sob a influência do livro *La ideología del género: o el género como herramienta de poder*, do argentino Jorge Scala (Miskolci & Campana, 2017).

A Conferência Nacional da Educação (CONAE) constituiu-se em um espaço de debate e construção coletiva de um documento final que indicasse diretrizes para a política nacional de educação, a ser materializada no PNE. Destaca-se que o documento final da CONAE 2010, que ocorreu em Brasília, estabelecia notadamente a superação de desigualdades, dentre elas, as desigualdades de gênero (Brasil, 2010). Ainda que essa perspectiva

progressista estivesse presente durante a CONAE e expressa em seu documento final, a discussão e aprovação do segundo PNE no Congresso Nacional foram permeadas pela suposta ameaça da “ideologia de gênero”, a partir do crescimento da perspectiva neoconservadora e antigênero nesses espaços.

Vaggione (2020) destaca o papel dos políticos cristãos e de juristas confessionais para o fortalecimento desse movimento neoconservador. Compreendendo o direito como arena de embate, destaca-se a utilização, por esses grupos, de argumentos legais para fomentar a agenda moral e religiosa na construção, discussão e aprovação de projetos de lei. Machado (2020) aponta que foram promovidos diversos eventos no Congresso Nacional, a fim de propagar as formulações neoconservadoras sobre a suposta “ideologia de gênero”, como sendo uma maquinação dos movimentos feministas e do “marxismo cultural”. Lograram excluir o termo gênero do PNE, sendo este aprovado e promulgado em 2014 sem qualquer menção ao gênero. Apoiado na ascensão desse discurso antigênero e neoconservador, que não se restringe ao âmbito do Congresso Nacional, sendo percebido também no senso comum, fortalece-se um “movimento que acusa as escolas de ‘doutrinação ideológica’ e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias” (Miguel, 2016, p. 595).

Para compreender o fortalecimento do MESP, Miguel (2016) expõe três dimensões do neoconservadorismo brasileiro. A primeira dimensão é a libertariana, a qual apoia o livre mercado, defende o Estado mínimo e se apresenta como alternativa à visão progressista em ambientes acadêmicos. A segunda dimensão é o fundamentalismo religioso, o qual é representado por uma bancada no Congresso Nacional. Essa força política é composta por denominações evangélicas e católicas com bandeiras moral-religiosas e que possuem forte presença também fora da política. O anticomunismo constitui a terceira dimensão, sendo representada principalmente por uma luta contra uma suposta conspiração comunista que buscava atingir o Brasil. Está intimamente ligada com o suposto “marxismo cultural”.

Essa onda neoconservadora, caracterizada por embates que demonstram a perspectiva antigênero e que

se declaram contra uma suposta “contaminação político-ideológica”, pode ser igualmente percebida nos Planos Estaduais de Educação (PEE). Severino (2019) demonstrou que a tramitação de centenas de Projetos de Lei foi iniciada simultaneamente nas Câmaras Municipais de Vereadores e nas Assembleias Legislativas Estaduais, excluindo a expressão “gênero” dos planos de educação¹². O mesmo aconteceu posteriormente com os projetos “escola sem partido”, mostrando o quanto a mencionada bancada atua de maneira articulada. A maioria dos Projetos de Lei apresentados pelo MESP não foram aprovados nas câmaras de vereadores ou assembleias legislativas estaduais. A bancada e o movimento mais acumulam derrotas do que vitórias. Porém, apesar de reprovadas, produzem um efeito importante nos docentes menos politizados e mais intimidados pelos ataques do movimento.

Vianna e Bortolini (2020) analisaram a perspectiva sobre gênero adotada nos Planos Estaduais de Educação (PEEs) promulgados entre os anos 2014 e 2016, e identificaram três diferentes tendências:

- a) a explicitação do gênero como importante ferramenta para o enfrentamento das desigualdades de gênero nas mais variadas instâncias, modalidades e níveis da educação brasileira;
- b) o uso parcial do gênero com referências às mulheres, aos direitos humanos e à cultura da paz;
- c) a omissão do termo gênero e de outros a ele relacionados ou até mesmo o veto (Vianna & Bortolini, 2020, p. 3-4).

Os PEEs refletem a disputa vivenciada em âmbito nacional, de um processo não linear de avanços e retrocessos em relação aos direitos de igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Essa reação neoconservadora traz tanto a perspectiva antigênero quanto reflexos do MESP. Dos 25 planos estaduais de educação analisados por Vianna e Bortolini (2020), três deles tiveram retirada do termo gênero e um vetou explicitamente qualquer menção à ideologia de gênero. A maioria dos estados (14 PEEs) mencionaram de forma restrita e difusa direitos humanos, de mulheres e LGBTs. Por fim, apenas 07 PEEs explicitaram a defesa de direitos sexuais e reprodutivos, assim como a promoção da igualdade de gênero. Tal resultado demonstra a complexidade da realidade, ilustrado pelas conquistas da introdução

12. As leis antigênero na educação foram contestadas por Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) no Supremo Tribunal Federal (STF) e consideradas inconstitucionais. Isso demonstra também um deslocamento da discussão que se concentrava apenas no campo do Legislativo para também ser discutida no âmbito do Judiciário (Kalil, 2019).

da perspectiva de gênero na política educacional, assim como a inflexão do combate ao gênero.

Considerações Finais

A nova direita ou restauração conservadora, como ideologia político-econômica potencializada inicialmente pela hierarquia religiosa e, mais recentemente, por atores leigos, ocupa e disputa espaços de poder e de decisão. Nos primeiros anos do século XXI, consolidase a emergência dessa ideologia na América Latina, de forma reativa aos avanços alcançados no século anterior -embora não linearmente- principalmente pelos movimentos feministas e LGBTQs. No Brasil, dois fenômenos se destacaram: a falácia da “ideologia de gênero” e a estruturação do MESP.

A partir da análise destes, foi possível perceber que a nova direita, especialmente em sua vertente neoconservadora, conseguiu incidir sobre a área educacional no país. Sua abrangência pode ser depreendida do alcance e da adesão à luta contra a suposta “ideologia de gênero” e dos adeptos ao MESP, cerceando conteúdos científicos considerados por esses grupos como “ideológicos”, e limitando o próprio trabalho pedagógico através do estímulo à denúncia e à perseguição de docentes. Tais fenômenos ultrapassaram o âmbito religioso ou educacional, e atingiram espaços do Poder Legislativo e do Poder Executivo, influenciando na discussão de projetos de lei e, conseqüentemente, das leis em si, em todas as esferas de poder - do nível federal ao municipal.

É necessário reiterar que a força das ideias e movimentos neoconservadores sobre a família e as relações de gênero não se limitam aos âmbitos religiosos, porque mudanças importantes na ordem social de gênero (classe e etnia/raça) também afetam diretamente os setores econômicos e as organizações políticas. Os movimentos neoconservadores tendem a dialogar com a condição e percepção de significativos setores da população, pois colocam as mulheres como o foco e canal central das necessidades das famílias, dando a elas uma função de destaque especial. Se apropriam em nome das mulheres e reconduzem as necessidades práticas das famílias, sacralizando o papel das mulheres nesse âmbito, e evitando a conscientização e impedindo a sua repolitização, o que possibilitaria a transformação das necessidades práticas em interesses estratégicos de gênero.

Na esteira de políticas antigênero, ilustradas pelo suposto combate à “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural”, percebe-se que esses grupos conseguiram relativo êxito em conter avanços progressistas anteriores. Reconhecer e compreender as disputas estabelecidas por esses grupos possibilita o fortalecimento dos setores progressistas e críticos, visando pleitear a perspectiva de direitos de todos. Torna-se essencial, portanto, aprofundar a compreensão da nova direita, em especial na área da Educação, tendo em vista que a convergência das agendas neoliberais e conservadoras visam concomitantemente à restauração moral e à mercantilização da educação, fatores que ameaçam a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Referências

- Apple, M. (2002). "Endireitar" a educação: As escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem fronteiras*, 2(1), 55-78. Recuperado de <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>
- Bazzo, J. (2020, set-nov). Falar de *bullying* sem dizer do gênero: Dilemas do Programa Nacional de Combate à Intimidação Sistemática nas escolas brasileiras (Lei n. 13.185/2015). *Anuário Antropológico* [Online], 45(3), 223-245. Recuperado de <http://journals.openedition.org/aa/6663>. doi:10.4000/aa.6663.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia.
- Brasil (2010). *Conferência Nacional de Educação. CONAE - Documento final*. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf
- Conselho Pontifício para a Família (2000, 21 de novembro). *Família, matrimônio e "uniões de fato"*. Recuperado de http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_de-facto-unions_po.html.
- Corsetti, B. Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil (2019, out-dez). *Educação Unisinos*. 23(4), 774-784. Recuperado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11/60747441>.
- Freire, P. (1972). *Pedagogia del oprimido*, Buenos Aires: Siglo XXI Argentina.
- Garbagnoli, S. (2016). Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender*, 6(2), 187-204. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/312506840_Against_the_Heresy_of_Immanence_Vatican's_'Gender'_as_a_New_Rhetorical_Device_against_the_Denaturalisation_of_the_Sexual_Order/link/5a29ffae45851552ae76fade/download.
- Gentili, P. (1996). Neoliberalismo e educação: Manual do usuário. In Silva, T. T. & Gentili, Pablo (Org.). *Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*, (9-49). Brasília: CNTE. Disponível em: <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/4002523.pdf>.
- Hermida, J. F., & Lira, J. de S. (2020, junho 9). Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: As bases históricas, econômicas e políticas da Escola Sem Partido, *Roteiro*, 45, 1-32. doi:10.18593/r.v45i0.23216.
- Junqueira, R. D. (2017). A invenção da "ideologia de gênero": A emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-1519-549X2018000300004.
- Kalil, I. O. (2019). Incursões da "ideologia de gênero" na educação. *Sur* 29, 16(29), 2019, 119-128. Recuperado de <https://sur.connectas.org/wp-content/uploads/2019/12/09-sur-29-portugues-isabela-oliveira-kalil.pdf>.
- Lopes, E. M. S. T. et al. (Orgs.) (2007). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, M. D. C. (2015). Religião e política no Brasil contemporâneo: Uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade [online]* .35(2), 45-72. doi:10.1590/0100-85872015v35n2cap02.
- Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, 26(2). Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47463/37122> doi:10.1590/25x...
- Machado, M. D. C. (2020). O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In Biroli, F., Vaggione, J. M., Machado, M. D. C. (1 ed.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Miguel, L. F. (2016). Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero". *Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro*. *Revista Direito e Práxis*, 7(15), 590-621. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- Oliveira, D. A. (2020). Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. *Praxis Educativa*, 15, 1-18. doi:10.5212/PraxEduc.v15.15335.069.
- Paro, V. H. (2007). *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino* (1. ed). São Paulo: Ática.
- Paviglianiti, N. (1991) *Neoconservadurismo y educación. Un debate silenciado en la Argentina del 90*. Buenos Aires: Libros del Quirquincho. Recuperado de <http://institutocieloazul.edu.ar/wp-content/uploads/2016/09/Clase-13-Paviglianiti-Neoconservadurismo-y-Educacion-1.pdf>.

- Penna, F. (2016). Programa “Escola Sem Partido”: Uma ameaça à educação emancipadora. In Gabriel, C. T.; Monteiro, A. M.; Martins, M. L. B. (org.) *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X. Recuperado de <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/programa-escolasem-partido-uma-ameac3a7a-c3a0-educac3a-7c3a3o-emancipadora.pdf>.
- Pereira, C. (2016). *Proteção social no capitalismo. Crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez Editora.
- Pereira, P. A. P. (org.) (2020). *Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Peroni, V. M.V.; Lima, P. V. (2020). Políticas conservadoras e gerencialismo. *Praxis Educativa*. 15, 1-20. Recuperado de <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15344.070>.
- Pinelli, L. (2020). Aproximações sobre as relações contraditórias entre gestão democrática e militarização das escolas públicas do distrito federal. III *Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Para onde vai a educação? Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (200 anos de Friedrich Engels)*, Niterói.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017, jan-mar). Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, 38(138). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>
- Saforcada, F. (2012). Las leyes de educación después de los años 90: De la hegemonía neoliberal al postconsenso de Washington. Persistencias, sincretismos y transformaciones. In: Feldfeber, Myria & Gluz, Nora (coords.). *Las políticas educativas después de los '90: Regulaciones, actores y procesos*. Buenos Aires: Clacso – Universidad de Buenos Aires, 17-42. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180201025243/LasPoliticasyEducativas.pdf>
- Severino, F. (2019). *O Movimento e Programa Escola Sem Partido: Origem e Implicações*. (Trabalho de Conclusão Curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina). Foz do Iguaçu: Unila, 2019.
- Vaggione, J. M. (2020). A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In Biroli, F.; Vaggione, J. M.; Maxhado, M. D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (1 ed). São Paulo: Boitempo, 2020.
- Vianna, C. P., & Bortolini, A (2020). Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: Tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, 46, São Paulo. Doi:10.1590/s1678-4634202046221756.
- Vianna, C. P., & Unbehaum, S. (2004). O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, 34 (121), 77-104. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>.
- Yannoulas, S. C. & Silva, I. A. de (2017). Necessidades Práticas das Mulheres x Interesses Estratégicos Feministas. *Revista Feminismos* 5, 25 - 39.

